



## ANEXO AO PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 17, de 2018, do Senador José Serra, que *altera os arts. 99, 99-A e 393-D do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93, de 1970), para dispor sobre o exercício da competência da Comissão de Assuntos Econômicos na avaliação do impacto fiscal das proposições que indica.*

Relator: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

Quadro comparativo entre a redação atual e as propostas de alteração nos dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal, apresentadas pelos Senadores José Serra e Romero Jucá:

Redação atual	Redação do PRS nº 17/2018	Redação da Em. nº 1 – PLEN
<p><b>Art. 91.</b> Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, discutir e votar:</p> <p>I – projetos de lei ordinária de autoria de Senador, ressalvado projeto de código;</p> <p>.....</p> <p>§ 1º O Presidente do Senado, ouvidas as lideranças, poderá conferir às comissões competência para apreciar, terminativamente, as seguintes matérias:</p> <p>.....</p> <p>V – indicações e proposições diversas, exceto:</p> <p>.....</p>	<p>Não modifica.</p>	<p><b>Art. 91.</b> .....</p> <p>I – projetos de lei ordinária de autoria de Senador, ressalvado projeto de código e o disposto na alínea <i>d</i> do inciso V do § 1º deste artigo;</p> <p>.....</p> <p>§ 1º .....</p> <p>.....</p> <p>V – .....</p> <p>.....</p> <p><i>d</i>) projetos de que decorram efeitos sobre as necessidades de financiamento do setor público. (NR)</p>



Redação atual	Redação do PRS nº 17/2018	Redação da Em. nº 1 – PLEN
<p><b>Art. 99.</b> À Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes assuntos:</p> <p>.....</p>	<p><b>Art. 99.</b> .....</p> <p>.....</p> <p>§ 4º A Comissão divulgará, trimestralmente, relatório que contenha o impacto fiscal das proposições que acarretem a concessão, prorrogação ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. (NR)</p>	<p><b>Art. 99.</b> .....</p> <p>.....</p> <p>§ 4º A Comissão emitirá, trimestralmente, parecer que conterá avaliação de impacto potencial, sobre a política econômica, decorrente das proposições em tramitação no Senado Federal.</p> <p>§ 5º O parecer de que trata o § 4º conterá avaliação quanto a um ou mais dos seguintes aspectos:</p> <p>I – concessão, prorrogação, alteração ou extinção de incentivo ou benefício de natureza tributária do qual decorra efeitos sobre a renúncia de receitas;</p> <p>II – aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, bem como de alienações e de outras receitas extraordinárias;</p> <p>III – criação, prorrogação, alteração ou extinção de obrigação de que decorra efeitos sobre a fixação ou a execução de despesas;</p> <p>IV – impacto econômico potencial, especialmente sobre as necessidades de financiamento do setor público, decorrente da aprovação das proposições analisadas.</p> <p>§ 6º A Comissão poderá adequar o parecer, ampliando ou reduzindo o escopo descrito no § 5º deste artigo ou delimitando um conjunto específico de matérias a serem analisadas.</p> <p>§ 7º O parecer aprovado nos termos dos §§ 4º a 6º deste artigo será divulgado e juntado ao processado de todas as matérias a que se referir, bem como servirá de subsídio para as atividades da Comissão.</p> <p>§ 8º A Comissão apresentará, de ofício e nos termos do art. 216 deste Regimento Interno, requerimento de informações que sejam indispensáveis à</p>



SF/18802.64668-60

Redação atual	Redação do PRS nº 17/2018	Redação da Em. nº 1 – PLEN
		instrução do parecer de que trata o § 4º.  § 9º A Consultoria Legislativa e a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal elaborarão estudos técnicos que subsidiarão os trabalhos de que trata o § 4º deste artigo. (NR)
<b>Art. 99-A.</b> A Comissão de Assuntos Econômicos compete, ainda, avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	<b>Art. 99-A.</b> .....  <i>Parágrafo único.</i> Os relatórios de impacto fiscal previstos no § 4º do art. 99 serão utilizados na avaliação periódica de funcionalidade do Sistema Tributário Nacional de que trata o <i>caput</i> . (NR)	<b>Art. 99-A.</b> .....  <i>Parágrafo único.</i> Os pareceres aprovados nos termos dos §§ 4º a 6º do art. 99 deste Regimento Interno, quando emitidos no período intercorrente, serão utilizado(s) na avaliação periódica de funcionalidade do Sistema Tributário Nacional de que trata o <i>caput</i> deste artigo. (NR)
<b>Art. 393-D.</b> A funcionalidade do Sistema Tributário Nacional será avaliada considerando-se, entre outros, os seguintes aspectos: ..... <i>Parágrafo único.</i> .....	<b>Art. 393-D.</b> ..... ..... § 2º O parecer de que trata o § 4º do art. 99 subsidiará os estudos e pareceres de que trata o § 1º deste artigo. (NR)	<b>Art. 393-D.</b> ..... ..... § 2º Os estudos e pareceres de que trata o § 1º levarão em consideração, na sua confecção, as informações contidas nos relatórios de impacto fiscal de que trata o § 4º do art. 99. (NR)
<b>Art. 408.</b> Havendo recurso para o Plenário, sobre decisão da Presidência em questão de ordem, é lícito a esta solicitar a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a matéria, quando se tratar de interpretação de texto constitucional. .....	Não modifica.	<b>Art. 408.</b> Havendo recurso para o Plenário, sobre decisão da Presidência em questão de ordem, é lícito a esta solicitar a audiência:  I – da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a matéria, quando se tratar de interpretação de texto constitucional; ou  II – da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a matéria, quando se tratar da aplicação da alínea <i>d</i> do inciso V do § 1º do art. 91 deste Regimento.  ..... (NR)



SF/18802.64668-60

Senador José Pimentel  
PT/CE